



GT 048. Novas perspectivas para o estudo das religiões de matriz africana nas Américas

Clara Mariani Flaksman (PPGCS/UFBA) - Coordenador/a, Gabriel Banaggia (PPGCIS/PUC-Rio) - Coordenador/a

Nos anos 1970, na chamada "virada sociológica" nos estudos sobre as religiões de matriz africana no Brasil, a maioria das pesquisas sobre o tema buscava uma perspectiva mais voltada para a relação destas religiões com a sociedade brasileira abrangente. Desde os anos 1980, porém, os estudos sobre manifestações afro-brasileiras vêm sendo objeto de transformações, especialmente no que tange ao modelo de abordagem de seus princípios cosmológicos e a relação com os processos de formação daquilo que se convencionou chamar identidade nacional. Assim, estudos com um viés mais propriamente sociológico atualmente se mesclam com estudos mais voltados para uma compreensão acerca do funcionamento mesmo destas religiões e de um caminho mais dual entre tais manifestações e a sociedade em geral. Com estas novas pesquisas, voltou-se a aventar a possibilidade imaginada por Roger Bastide da construção de um quadro mais geral dessas religiões, imaginado inicialmente como um projeto comparativo. O que se pretende aqui é que o alargamento de experiências etnográficas conduza não somente a um "quadro sintético" tal como imaginava Bastide, mas também estimule a experimentação com uma perspectiva transformacional que permita que o aprofundamento descritivo revele potencialidades de diferentes manifestações de matriz africana.

Reversões do parentesco em um candomblé do Recife.

Autoria: Olavo de Souza Pinto Filho

As reflexões contidas nesse texto são parte minha pesquisa de doutorado, em andamento, no terreiro Ilê Iemanjá Ogunte no bairro de Água Fria em Recife (PE). Pretendo aqui descrever os modos de composição e criação do parentesco nesse terreiro. Busco evitar certas oposições encontradas na literatura antropológica que situam de um lado o parentesco considerado como "real" ou "consanguíneo" e de outro o parentesco "de santo" como "parentesco fictício" ou "ritual" (Motta, 1987; Segato, 1984, Carvalho, 1984, Halloy, 2005 entre outros). Minha principal preocupação é não tomar a nossa imagem de consanguinidade como autoevidente para, então, pensar "família de santo" como uma derivação dela. É importante sinalizar que no terreiro em que pesquiso existe uma distinção, e não oposição, entre sangue e santo na composição de suas redes de parentesco que ligam diversos terreiros em Recife. Ou seja, o que consideramos como "parentesco de santo" é transmitido pelo "parentesco de sangue", e o parentesco de sangue, por sua vez, incide no de santo a partir da interdição de que um pai ou uma mãe carnal (como a "consanguinidade" é expressa nos termos nativos) não poderia ser pai ou mãe de santo de um filho, tanto porque "ninguém é pai ou mãe duas vezes", mas também, e principalmente, porque "misturaria as energias". Veremos também que evitar a mistura é uma proposição poderosa nos modos de relacionar os domínios cosmológicos nos terreiros. Um dos objetivos dessa apresentação é perseguir etnograficamente os desdobramentos da explicação dada pelos praticantes do candomblé do terreiro sobre seu "parentesco", bem como seus efeitos sobre as teorias sobre a família de santo. Nesse sentido, focalizo certas composições que se expressam por meio do parentesco como heranças espirituais, transmissão de técnicas oraculares, nomes, objetos rituais, assentamentos, capacidades intuitivas e criatividade.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

